



SENHORIOS ALFACINHAS COM RENDAS GARANTIDAS

A Câmara Municipal de Lisboa quer arrendar até ao fim do ano 600 imóveis para colocar no mercado e subarrendar a preços acessíveis destinados à classe média. Proprietários que aderirem têm benefícios fiscais. // P. 6



olhares
de lisboa.pt

INFORMAÇÃO REGIONAL | DIRETOR: MÁRIO RODRIGUES | 2º TRIMESTRE 2020 | Nº 11 | X€ | INCENTIVO À EITURA

PASSO A PASSO

LISBOA RECONQUISTA LIBERDADE PERDIDA



Lisboa, que já entrou na segunda fase de desconfinamento, começa lentamente a recuperar da crise do Covid-19 e a regressar, aos poucos e poucos, à normalidade possível, com máscaras e distanciamento social. // P. 5

EVITAR CONTÁGIOS

Desde março, mesmo antes da declaração do estado de emergência pelo Presidente da República, a Câmara de Lisboa tomou um conjunto de medidas para combater a pandemia do Covid-19 e auxiliar os sectores mais desprotegidos da comunidade. // P. 4

MISERICÓRDIA À PROCURA DA NORMALIDADE POSSÍVEL

A freguesia da Misericórdia, em Lisboa, está a voltar à rotina. A maioria dos estabelecimentos do comércio local, os restaurantes e as pastelarias reiniciaram a sua atividade. A Junta de Freguesia continua a dar o seu apoio a todos os que agora necessitam de bens alimentares. // PP. 7-8

«ÁGUA+» É O FUTURO

Além do compromisso assumido de «quando a vida regressar à normalidade encontrarmos os rios, os lagos e o mar com a mesma qualidade ambiental», a empresa Águas do Tejo Atlântico tem um outro compromisso que está a cumprir, o de estruturar Lisboa com uma rede de distribuição de «Água +» para lavagem de ruas e regas dos jardins municipais. // P. 14



ESTÃO CONFIANTE

Numa economia aberta como a portuguesa, os efeitos da pandemia COVID-19, que obrigou ao confinamento da população e ao encerramento da atividade económica quase na totalidade, teve repercussões negativas na vida empresarial. Mas empresas como a Socunha-Tecidos e Enxovais, a Latoaria Maciel a 60º -Laundry day e a Barbearia Moreira Barber, todas sediadas na freguesia da Misericórdia, estão a adaptar-se à nova realidade, estando confiantes que «melhores dias virão». Apesar de terem «nichos de mercado diferentes», os responsáveis dessas empresas acreditam que, a prazo, os «negócios vão prosperar». Quando, ninguém sabe. // P. 13

NÃO DEIXE QUE LHE TAPEM OS OLHOS



**OS JORNAIS E REVISTAS NÃO TRANSMITEM O VÍRUS
COMBATEM O VÍRUS DA DESINFORMAÇÃO**

DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E A DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE, NÃO HÁ QUALQUER EVIDÊNCIA OU CASO DE CONTAMINAÇÃO PROVOCADO PELO CONTACTO COM JORNAIS E REVISTAS EM PAPEL.



+ INFO WWW.APIMPRESSA.PT





OPINIÃO

RETRATOS DO COMÉRCIO DA BAIXA DE LISBOA, À IMAGEM DA ÉPOCA!



Por João Barreta
(Ex-Diretor Municipal das Atividades Económicas da CML)
Autor do livro "Comércio(s)! A que propósito? Conversas (im) prováveis com Fernando Pessoa"

A BAIXA COMO ZONA NOBRE DO COMÉRCIO - UMA VISÃO QUASE "QUEIROSIANA"!

Era na Baixa, representava-se uma peça com um cenário pontuado de edifícios monumentais, altos pela História que transbordavam e de uma beleza memorável.

O silêncio dominante era, paulatinamente, abafado pelo som das carruagens, raros automóveis e saudosos pregões, concertando tal conjunto uma musicalidade que traçava o ritmo de um quotidiano sem grande sobressalto.

Pura ilusão, a luminosidade emanada de um céu puro que é tão nosso e só Lisboa tem, trazia agora, o burburinho social que faz vibrar as épocas.

As pessoas fervilham denunciando a sua pertença, pela postura, pelo trajaz, pelo compasso do próprio passo, percorrendo com distinção a rua, apreciando e concedendo largos minutos do seu tempo e a sua preferência a uma oferta rica e vasta que fazia girar a sociedade de então.

As montras soberbas pelos apelos do exposto fazem abrandar a marcha dos que elegiam o local para passeio ou simples passagem. A vista deambulava e aguçava sentidos e sentimentos, o fervor de admirar, tocar, comprar, ofertar, consumir.

Tudo desaguiava na dita rua, o teatro, o banco, o restaurante, o café, as artes, os ofícios, os serviços públicos, numa palavra o Comércio e a sua vida. O Tejo limpo verde-azul luminoso, sempre presente, também constitui força de vida e motivo de atração.

A Baixa é a vida da Cidade. O Comércio é a vida da Baixa. A Baixa e o Comércio, uma vida a dois, com tempos e tempo próprio.

Os tempos, que também lá se podiam fazer, eram bem diferentes. Se melhores, se piores, só as vontades do poderiam, tragicamente, mudar!

O COMÉRCIO DA BAIXA COMO MARCA DE PRESTÍGIO

Depois a Baixa deu-se a conhecer, ficou conhecida, tornou-se reconhecida, fez-se moda, expandiu-se e outros polos de Comércio foram surgindo, pontualmente, pela Cidade, no entanto, a Baixa continuava a brilhar como a estrela maior do Comércio, onde se podia encontrar todo e qualquer produto, bem ou serviço.

A concorrência que emergia era sinal do crescimento da Cidade e, pasme-se, da sua população residente. Comerciar era motivo de honradez, orgulho e labuta diária. A Baixa em alta, sem margem para dúvidas!

Ser comerciante na Baixa era já por si uma marca de prestígio. Não era comerciante quem queria, mas apenas quem podia e sabia da coisa. O orgulho com que se estava atrás do balcão, se tratava o cliente pelo nome e já quase se adivinhava ao que vinha, era uma característica bem peculiar do Comércio, e que fazia com que o mesmo fosse único, quiçá inigualável.

O respeitável cidadão, acompanhado da família, ia ao estabelecimento do Senhor Garcia, do Senhor Pereira ou do Senhor Ferreira, sendo visível uma relação estreita entre as partes. Ir à loja era quase visita habitual, de casa, entre velhos conhecidos, talvez amigos.

O cliente era um (...) amigo e, por isso (ou para isso) tratado como tal.

O cliente conquistava-se, o amigo perdurava.

A toponímia continuava a fazer sentido e era de todos compreendido o porquê da Rua dos Douradores, da Rua dos Correiros ou da Rua dos Fanqueiros assim se apelidarem.

Era o Comércio que ditava regras, não sendo com toda a certeza por falta de personalidades da época, de efêmeras ou de datas "marcantes" que as ruas não recebiam outro (s) nome (s) de (...) batismo.

As pessoas vinham de perto, de longe, de muito longe, para fazer as suas compras na Baixa, pois para além do facto de a Baixa ser o Centro Comercial da moda, aí se podia encontrar praticamente de tudo.

Embora pontificassem ramos de Comércio, como a Ourivesaria ou o Vestuário, por exemplo, o difícil era não encontrar o que se procurava – o Sapateiro, o Barbeiro, o Engraxador, a Modista, o Relojoeiro, a Ajustadeira, mas também as ferragens, os materiais de construção, os serviços de reparação, quiçá uma oficina de automóveis ou pelo menos a venda de peças e acessórios, entre outros.

As ruas tinham a vida que o Comércio lhes proporcionava, embora o "alfacinha" já não fosse a língua oficial que se falava na Baixa.

Por sua vez, o turista fazia mesmo questão de conhecer a Baixa e as suas ofertas, fazendo tal visita parte dos roteiros, como um dos pontos de interesse a não perder.

Aliado à oferta comercial, que também se ia adaptando, paulatinamente, a esse tipo de clientela, uma mais valia era o património, rico e cuidado, ali existente, ao nível do edificado e não só.

Os cheiros do Comércio misturavam-se com os aromas do Turismo e com as fragrâncias da Cultura, mas o resultado da combinação era agradável, apresentando uma química própria e cativante.

A expressão "É como ir a Roma e não ver o Papa" encontrava decerto paralelo em "(...) ir a Lisboa e não visitar a Baixa". A razão da visita eram, afinal de contas, (...) as razões do Comércio, do Turismo e da Cultura, quase ... Religião!

A BAIXA EM BAIXA OU A NECESSIDADE DE RESPOSTA A "NOVOS" DESAFIOS!

O Comércio passou a ser feito de outra matéria, já não se faz tempo, ninguém o consegue fazer, é tam-

bém um bem escasso. A compra passou, para muitos, a sacrifício, para mal dos pecados de quem faz do Comércio a sua vida e a de todos os seus.

A principal referência da loja passou a ser a marca ou marcas que comercializa, mais do que o nome do comerciante como outrora acontecia.

Essas lojas, sem nome, mas de renome, representantes das marcas que marcam a vivência dos mais jovens (e não só!), passaram, muitas das vezes, a servir para identificação das próprias ruas.

A rua à qual uma arte ou ofício já deu nome, passa a ser conhecida por nela estar alojada uma marca que de alfacinha ou lusa já pouco ou nada terá.

A calma que muitos admiravam já parece ser incompatível com o ritmo dos nossos dias, daí ter caído em franco e preocupante desuso o atendimento personalizado que podia fazer do Comércio de ontem o Comércio de amanhã.

Mas, também, as caras por detrás do balcão já não são duradouras e acolhedoras como no passado, por vezes já não inspiram a confiança de se lhes poder pedir um conselho, uma opinião credível ou conceder-lhes o benefício da dúvida por via de mero e simples desabafo da vida pessoal.

O cliente era amigo, porque encontrava reciprocidade do outro lado do balcão. Tal balcão não era barreira intransponível, era sinal de respeito, de reconhecimento, de honorabilidade.

Responder aos desafios de hoje, sem retirar ensinamentos da experiência passada é pura e simplesmente condenar o Comércio e limitá-lo àquilo que são hoje os Centros Comerciais. Os tais Centros Comerciais, que faça chuva ou faça sol, parecem estar apinhados de gente que tem sempre, mesmo que o não tenha, algo que comprar.

As razões são várias, a razão pouco consistente e a razoabilidade inexistente, mas por este caminho vai-se "vendendo" a ideia de que são os Comerciantes (com C maiúsculo) a aprender com aquilo que se faz nos Centros Comerciais.

Ora, radicalizando "a coisa", nos Centros Comerciais não há Comércio, há consumo. De Comércio sabem os Comerciantes (mas, os tais de que tenho vindo a escrever em linhas anteriores desta "história")!

Aproveitemos enquanto ainda vamos tendo testemunhos vivos do Comércio da Baixa, para que não se diga que a Baixa só terá de aprender com os Centros (...) de Consumo. E estes terão aprendido com quem?



Lisboa deu e dá resposta possível ao Covid-19

Nos primeiros dias do Estado de Emergência, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, anunciou um conjunto de medidas, que entraram em vigor de imediato, para acudir aos idosos, às famílias mais carenciadas e a vários sectores económicos, culturais e associativos da capital.

Como resposta imediata à pandemia, que obrigou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a decretar o estado de emergência e, posteriormente, o de calamidade, a Câmara Municipal de Lisboa pôs, de imediato, em prática um plano para ajudar as pessoas mais velhas, sem-abrigos e outras mais vulneráveis da sociedade alfacinha, para evitar os riscos de contágio pelo Covid-19. Esse plano, anunciado no início da declaração do estado de emergência nas redes sociais pelo presidente da edilidade, Fernando Medina, continha um conjunto de 15 medidas que procuravam minimizar as consequências sociais e económicas da pandemia e «manter os olhos no futuro», assim que termine a crise do coronavírus em Portugal.

E, por isso, uma das principais preocupações foi a de criação de uma «rede» que garantisse meios de subsistência às pessoas isoladas e às famílias mais carenciadas, assegurando, ao mesmo tempo, o «direito à habitação» de todos os que «não tivessem meios económicos para pagar as rendas», designadamente nas casas municipais.

De facto, o sustento das pessoas, em termos alimentares, foi a grande preocupação e, por isso, a autarquia avançou, rapidamente, com a abertura de 26 cozinhas-refeitório em escolas de toda a cidade para salvaguardar refeições das famílias mais carenciadas. Fernando Medina justificava a urgência dessa medida, que ainda se encontra em vigor, com o facto de, em muitos casos, serem as escolas a garantirem «as únicas refeições às crianças, pelo que era e é um imperativo assegurar que continuam devidamente alimentadas».

Uma outra apreensão da edilidade era e é o apoio aos mais velhos. Por isso, a autarquia alargou, também, o apoio domiciliário aos idosos, com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, das Juntas de Freguesia e dos centros paroquiais, garantindo, assim, refeições quentes, medicamentos e cuidados de higiene, a mais de 4 mil séniores.

À rede de apoio aos idosos já existente, juntaram-se os outros séniores que tiveram de ir para casa devido ao encerramento de alguns centros de dia, assim como aqueles que, estando mais vulneráveis, não podem, nem devem sair de casa».

Para presenciar de perto a situação dessa comunidade, Fernando Medina deslocou-se, a diferentes freguesias da capital, para acompanhar o apoio social a idosos e doentes crónicos, reforçado durante a atual crise de saúde pública. Durante as visitas, Fernando Medina lembrou que a edilidade alargou «o apoio domiciliário aos idosos da capital, garantindo refeições quentes, cuidados de higiene e medicamentos».

CENTROS PARA SEM-ABRIGO

Uma outra preocupação de Fernando Medina prendeu-se com o acolhimento das pessoas sem-abrigo. E, por isso, a Câmara de Lisboa abriu cinco centros. O último foi na Pousada da Juventude do Parque das Nações, com capacidade para cerca de 50 pessoas.

Devido à pandemia de Covid-19, o município já tinha aberto quatro centros de acolhimento de emergência para pessoas em situação de sem-abrigo, no Pavilhão Municipal Casal Vistoso, no Pavilhão da Tapadinha, na Casa do Lago e no Clube Nacional de Natação, que acolhem 220 pessoas por dia.

De forma a conseguir dar uma resposta eficaz ao acolhimento das pessoas sem-abrigo, a Câmara de Lisboa contratou, entretanto, 50 técnicos, entre assistentes técnicos, assistentes administrativos, técnicos superiores, portanto de vários graus da administração pública, para os centros de acolhimento para sem-abrigo.

ENSINO À DISTÂNCIA

Contudo, o encerramento das escolas e o início do ensino à distância levantou uma série de questões e problemas que a edilidade foi obrigada a resolver, tendo fornecido mais de 3 mil computadores a alunos do primeiro ciclo

ir para casa devido ao encerramento de alguns centros de dia, assim como aqueles que, estando mais vulneráveis, não podem, nem devem sair de casa».

Para presenciar de perto a situação dessa comunidade, Fernando Medina deslocou-se, a diferentes freguesias da capital, para acompanhar o apoio social a idosos e doentes crónicos, reforçado durante a atual crise de saúde pública. Durante as visitas, Fernando Medina lembrou que a edilidade alargou «o apoio domiciliário aos idosos da capital, garantindo refeições quentes, cuidados de higiene e medicamentos».

CENTROS PARA SEM-ABRIGO

Uma outra preocupação de Fernando Medina prendeu-se com o acolhimento das pessoas sem-abrigo. E, por isso, a Câmara de Lisboa abriu cinco centros. O último foi na Pousada da Juventude do Parque das Nações, com capacidade para cerca de 50 pessoas.

Devido à pandemia de Covid-19, o município já tinha aberto quatro centros de acolhimento de emergência para pessoas em situação de sem-abrigo, no Pavilhão Municipal Casal Vistoso, no Pavilhão da Tapadinha, na Casa do Lago e no Clube Nacional de Natação, que acolhem 220 pessoas por dia.

De forma a conseguir dar uma resposta eficaz ao acolhimento das pessoas sem-abrigo, a Câmara de Lisboa contratou, entretanto, 50 técnicos, entre assistentes técnicos, assistentes administrativos, técnicos superiores, portanto de vários graus da administração pública, para os centros de acolhimento para sem-abrigo.

ENSINO À DISTÂNCIA

Contudo, o encerramento das escolas e o início do ensino à distância levantou uma série de questões e problemas que a edilidade foi obrigada a resolver, tendo fornecido mais de 3 mil computadores a alunos do primeiro ciclo

Os equipamentos destinaram-se a alunos mais carenciados e, também, aqueles com necessidades de saúde especiais. Esta medida, segundo defende a Câmara, faz parte de um programa mais amplo de promoção da redução das desigualdades dos alunos de 1.º ciclo das escolas do Município.

Os equipamentos fornecidos incluem um portátil tátil e conversível, adequado à faixa etária, Router 4G e Internet móvel para os próximos meses, assim como centro de

apoio e conteúdos programático incorporado.

Esta é uma medida que vem responder ao «distanciamento social imposto pelas medidas de emergência, que provoca o afastamento da escola e da turma» e «é um fator de agravamento das desigualdades sociais», diz a edilidade e, para diminuir este efeito, a Câmara adquiriu «soluções informáticas que permitem o acesso universal dos alunos da rede pública aos planos das suas escolas».

Dos museus às feiras tudo reabriu

As feiras da Ladra, Relógio e Galinheiras, que se realizam na cidade de Lisboa, reabriram cerca de dois meses depois de terem sido suspensas devido à pandemia de covid-19, na sequência da resolução do Conselho de Ministros.

Mas, nesta fase de reabertura, tendo em conta um conjunto de «medidas que constam de um plano de contingência municipal, aplicado às feiras e que é enquadrado por normas emanadas pela Direção-Geral da Saúde, só é permitido o acesso a feirantes permanentes e está prevista a deslocação de alguns feirantes para garantir o distanciamento».

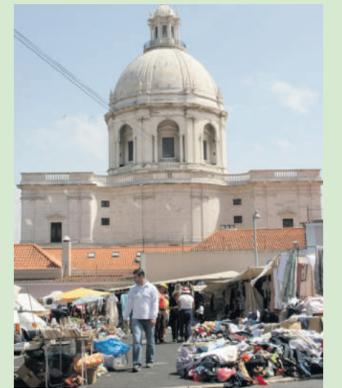
Da mesma forma que a EGEAG decidiu reabrir os museus municipais, o executivo municipal decidiu que as feiras da Ladra, Relógio e Galinheiras retomaram o seu funcionamento, havendo, no entanto, um conjunto de regras e normas de segurança sanitária que deverão ser observadas por quem a elas se desloque.

A etiqueta respiratória, o uso de máscaras e o distanciamento social devem ser cumpridos por todos os feirantes e clientes, realça a autarquia, acrescentando que, nas feiras onde são comercializados produtos frescos, «deverão ser os comerciantes a manuseá-los na altura do atendimento».

No caso das feiras da Ladra e do Relógio, o horário mantém-se inalterado: das 7h00 às 18h00 e das 7h00 às 14h00, respetivamente, enquanto a Feira das Galinheiras passa

a abrir às 08h00, encerrando às 14h00. Só feirantes permanentes estão autorizados a trabalhar, não serão autorizados os feirantes ocasionais. No caso da Feira das Galinheiras, haverá controlo do número de entradas uma vez que esta feira se realiza num recinto fisicamente delimitado, acrescenta a autarquia, presidida por Fernando Medina.

«Foram colocados painéis informativos com recomendações de segurança, será feito o reforço da higienização e limpeza das feiras e o reforço da fiscalização para garantir o cumprimento das regras», reforça a autarquia lisboeta.



Usar água com um pingo de consciência.

Lavar as ruas com água residual tratada é uma solução consciente de valorização da água que cada vez mais municípios estão a adotar.

água+
reciclado - não consumir

@tejoatlantico
www.aguasdotetejoatlantico.adp.pt



BOLOS CASEIROS | CREPES | WAFFLES

GELADO NANNARELLA
MILKSHAKES | SHOOTHIES

HOT CHOCOLATE | CAFÉ | CHÁ

RUA POÇO DOS NEGROS Nº 196 1200-342 LISBOA

As 15 medidas da Câmara de Lisboa

Isenção de rendas habitacionais e comerciais e reforço do fundo de emergência foram algumas das medidas que, segundo Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foram necessárias para «dar um sinal claro e forte de apoio as famílias, empresas, emprego e investimento». Tendo em conta que «vivemos uma crise dura, mas vamos vencê-la e ultrapassá-la em conjunto». Em videoconferência o autarca anunciou as medidas:

«Suspensão do pagamento das rendas em todos os fogos municipais até 30 de junho, disse Medina, explicando que o valor que não for cobrado poderá ser "liquidado durante 18 meses", a contar desde o final de junho, "sem qualquer juro nem penalização". Além disso, os inquilinos poderão solicitar, "a qualquer momento, a reavaliação do valor da renda". A medida vai abranger 24 mil famílias e 70 mil pessoas;

Reforço do Fundo de Emergência Social em 25 milhões de euros [até aqui dotado com apenas um milhão de euros, disse Medina], dirigido às famílias, às instituições sociais e à aquisição de todos os bens, serviços e equipamentos que se tornem necessários nesta situação de emergência;

Isenção integral do pagamento de rendas todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais que se encontrem encerrados e ainda dos quiosques e lojas instaladas em bairros municipais que permaneçam abertas e ainda os estabelecimentos comerciais que operam na área do Porto de Lisboa. Assim como no campo habitacional,



esta isenção estará em vigor até 30 de junho;

Isenção integral do pagamento de rendas todas as instituições de âmbito social, cultural, desportivo ou recreativo instaladas em espaços municipais até 30 de junho;

Suspensão da cobrança de todas as taxas relativas a ocupação de espaço público e publicidade a todos os estabelecimentos comerciais, com exceção de bancos, instituições de crédito e seguradoras. Esta medida abrange ainda as taxas cobradas pelas Juntas de Freguesia e o período de suspensão destas taxas tem início retroativo a 1 de março e termina a 30 de junho, explicou Medina, referindo ainda que os estabelecimentos cuja licença anual caduque durante este período só terão de solicitar essa renovação e efetuar o respetivo pagamento a partir de 30 de junho.

Aquisição regular de frescos aos produtores que comercializavam nas feiras agora encerradas e entrega desses produtos às associações com trabalho social em Lisboa;

Suspensão da entrada em vigor da disposição relativa à proibição do uso de plástico não reutilizável até 30 de junho, de forma a não dificultar o fornecimento em regime de takeaway;

Garantia da concretização do plano de investimentos para 2020 e anos seguintes da CML e empresas municipais, estimado em 620 milhões de euros, como forma de reforço do serviço público, apoio ao emprego e de preservação da capacidade produtiva. Este investimento será distribuído da seguinte forma: escolas, creches e centros de saúde (140 milhões), habitação (160 milhões), infraestruturas verdes (35 milhões), espaços públicos (50 milhões), infraestruturas e saneamento (170 milhões), mobilidade (35 milhões) e turismo (30 milhões);

Pleno funcionamento do licenciamento urbanístico, assegurando o recurso ao teletra-

balho por mais de 400 trabalhadores destas áreas, uma medida que visa apoiar toda a fileira de arquitetos, projetistas, promotores e construtores;

Antecipação do pagamento a projetistas, nomeadamente gabinetes de arquitetura, engenharia e serviços técnicos. Esta antecipação traduz-se no pagamento imediato contra-entrega do projeto em até 50%, sendo o restante pagamento após aprovação como acontece até aqui;

Criação de uma equipa de apoio às micro e pequenas e médias empresas – Lisboa Empreende –, de forma a assegurar a informação sobre todos os apoios existentes, bem como consultoria para mitigar os efeitos da crise e promover a recuperação económica;

Criação de um Marketplace que junta as necessidades de empresas, instituições e municípios às competências e ofertas do ecossistema empreendedor de Lisboa, permitindo às start-ups continuarem a funcionar através do desenvolvimento de soluções tecnológicas para os desafios atuais;

Assegurar aos agentes culturais o pagamento integral dos contratos já celebrados, nomeadamente pela EGEAC, através da recalendarização das programações, da sua adaptação para transmissão online, ou do reforço do apoio à estrutura da entidade;

Acelerar o pagamento às entidades culturais da cidade já beneficiárias de apoio, tendo em vista apoiar a manutenção das respetivas estruturas de funcionamento;

Alargamento do sistema de apoio a agentes e entidades do setor cultural que atualmente não estejam abrangidos por apoios municipais, através do Fundo de Emergência Municipal. Ao mesmo tempo, será reforçado o fundo de apoio a aquisições na área das artes plásticas e alargar seu âmbito ao setor do livro e da arte pública.

Podemos voltar à rua com confiança

António Costa quer que os lisboetas voltem à rua e regressem às compras na Baixa lisboeta, com segurança e cumprindo as regras, «com a mesma determinação e cuidado com que nos fechamos em casa». Este apelo do Primeiro-Ministro foi realizado durante uma visita às lojas do Chiado que teve como objetivo dar «um sinal de confiança» a todos os comerciantes.

António Costa apelou aos portugueses para regressarem à rua mas com cautelas. O Primeiro-ministro lançou este repto no final de uma visita ao comércio do Chiado, tendo deixado uma «palavra de alento e de confiança» a todos os comerciantes, porque «são eles, uma das alavancas da retoma da nossa trajetória de desenvolvimento económico». Nessa linha «de pensamento económico», o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, anunciou que as esplanadas de Lisboa não vão pagar taxas até final do ano. O autarca lisboeta almoçou, entretanto, com os dirigentes da AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, para anunciar um conjunto de medidas para o sector.

O Primeiro-ministro, António Costa, acompanhado pela mulher, Fernanda Tadeu, pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando

e determinados no confinamento em casa», mas frisou: "Não podemos baixar a guarda, porque este é um esforço que temos de continuar e, para isso, temos de usar a máscara quando entramos nos locais fechados, temos de desinfetar as nossas mãos, temos de manter o distanciamento físico".

COMERCIANTES RESPONSÁVEIS

Do ponto de vista do chefe do executivo, «os comerciantes, com enorme responsabilidade, estão a adotar as medidas de segurança para que se possa voltar às lojas sem perigo» e, por isso, agora compete «a todos nós corresponder ao enorme esforço que estes comerciantes fizeram», tendo deixado «uma palavra de alento e de agradecimento a todos os comerciantes, porque são eles os vendedores dos produtos fabricados pela nossa indústria».

«O civismo dos portugueses tem sido a chave do nosso sucesso na contenção da



Medina, e pelo presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho, passou pelas ruas do Chiado, visitando vários estabelecimentos comerciais, tendo, inclusivamente, prometido regressar a alguns para comprar «presentes para a família», nomeadamente para a mulher que, com um sorriso nos lábios, fez questão de referir que «vai ficar a aguardar», com alguma expectativa, o retorno de António Costa à baixa «para ver a prenda que ele lhe vai dar».

«Temos de voltar a ir à rua, com a mesma determinação que tivemos para nos fechar em casa», salientou António Costa, garantindo que «podemos retomar com confiança e segurança, aquilo que deixamos de fazer. Temos de retomar a normalidade da nossa vida agora de uma nova forma e com as cautelas que não podemos deixar de ter».

Segundo o primeiro-ministro, os portugueses souberam ser «muito disciplinados

pandemia e, portanto, vai ser também a chave de reconquistarmos a nossa liberdade em segurança e, ao mesmo tempo, voltarmos à trajetória ascendente da retoma económica», defendeu António Costa.

Por seu turno, o presidente da Câmara de Lisboa aproveitou a ocasião para anunciar que as esplanadas de Lisboa «não pagam taxas até final do ano», o que agradou sobejamente a Vítor Santos, presidente da Associação de Valorização do Chiado, que reúne os diferentes comerciantes da zona.

Com esta medida, a autarquia pretende dar «um sinal de apoio à restauração nesta nova fase de reabertura». A seguir Isenção de saneamento para Alojamento Local de Lisboa que recebem profissionais de saúde Fernando Medina anunciou o prolongamento, até ao final do ano, da isenção de taxas para instalação de esplanadas, com a possibilidade de maior espaçamento.



Segundo o autarca, esta «decisão foi consensualizada entre todos os partidos, em colaboração com as juntas de freguesia da cidade».

Fernando Medina acrescentou que a intenção da Câmara de Lisboa é prolongar esta isenção «com a possibilidade de – sendo isso possível, mantendo grandes canais para circulação pedonal – haver algum espaçamento das esplanadas e até alargamento». «O que queremos transmitir é um sinal positivo, de confiança, à restauração», reforçou, sublinhando que o comércio está preparado «para acolher todos em segurança».

O presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho, por seu

turno, considerou que esta visita do Primeiro-Ministro «veio trazer um novo alento aos comerciantes da baixa pombalina» e, ao mesmo tempo, mostrar aos portugueses que podem voltar a fazer compras em segurança, desde que mantenham as etiquetas respiratórias e o distanciamento social.

A mesma opinião é compartilhada pelos comerciantes visitados pelo Primeiro Ministro, nomeadamente as livrarias Sá Costa, Bertrand, André Ópticas e All Costa, entre outras, fizeram questão de realçar que a visita de «António Costa trouxe um momento de confiança e de esperança de sairmos todos bem desta crise.»

**OS JORNAIS E REVISTAS NÃO TRANSMITEM O VÍRUS
COMBATEM O VÍRUS DA DESINFORMAÇÃO**

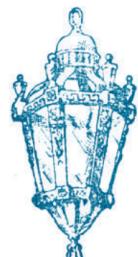
CONTINUE A SERVIR INFORMAÇÃO

SEJA UM EMBAIXADOR DA LIBERDADE DE IMPRENSA

DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E A DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE, NÃO HÁ QUALQUER EVIDÊNCIA OU CASO DE CONTAMINAÇÃO PROVOCADO PELO CONTACTO COM JORNAIS E REVISTAS EM PAPEL.



+ INFO WWW.APIMPRESA.PT



LATOARIA MACIEL
DESDE 1810

Fabrico de Lanternas • Candeeiros e Lustres

A Latoaria Maciel, fundada em 1810 por Francisco Xavier Maciel, especializou-se no ramo de latoaria em que veio a atingir elevados padrões pela variedade e qualidade dos seus modelos. Fornecedora da Casa Real, tem sido premiada em diversas exposições nacionais e internacionais, nomeadamente no Rio de Janeiro e em Barcelona.

As lanternas e as formas para bolos, de concepção original, são as especialidades mais representativas da atividade desta reputada casa.

Mercado de Ofícios do Bairro Alto

Tv. da Boa Hora - 1200-043

Rua da Boavista, nº 6 Lisboa • Tlf.: 936 947 825



latoariamaciel



margaridagamito@hotmail.com

Câmara de Lisboa arrenda a senhorios para subarrendar a preços acessíveis

A Câmara de Lisboa lançou o programa Renda Segura. Com uma verba de 15 milhões de euros, a gastar num horizonte de cinco anos, a autarquia conta arrendar cerca de mil habitações que, neste momento, estão destinadas ao Alojamento Local (AL), para depois disponibilizá-las a preços acessíveis aos moradores da cidade. O princípio é arrendar fogos para depois os subarrendar a valores acessíveis, no âmbito do programa Renda Segura. Três anos de renda adiantadas e isenções fiscais são as benezes para os senhorios que adiram.

Os senhorios lisboetas podem, desde 18 de maio, aderir ao novo programa Renda Segura da Câmara de Lisboa que permite o arrendamento de imóveis por parte da Câmara a privados para depois os subarrendar a preços acessíveis a jovens e famílias das classes médias, promovendo assim o retorno das pessoas a Lisboa.

O programa propõe-se reunir um milhar de casas para a câmara subarrendar a preços controlados. Os proprietários podem candidatar-se até ao final de junho e os contratos terão de ser realizados por um período de cinco anos.

Em conferência de imprensa, o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, sublinhou que as garantias oferecidas por este programa aos proprietários, como por exemplo o facto de a relação contratual ser estabelecida com a câmara e não com o inquilino e a possibilidade de pagamento até três anos de renda à cabeça.

Além de isentar os proprietários de algumas obrigações fiscais, nomeadamente IRS, IRC e IMI, o programa Renda Segura garante aos senhorios a renda mensal durante, pelo menos, cinco anos.

Esta foi a solução encontrada pela Câmara de Lisboa, apresentada em conferência de Imprensa pelo presidente da autarquia para convencer os proprietários que tenham imóveis disponíveis a aderirem ao Renda Segura.

A autarquia conta arrendar cerca de mil habitações que, neste momento, estão destinadas ao Alojamento Local (AL), para depois disponibilizá-las a preços acessíveis aos moradores da cidade.

«O princípio é arrendar fogos para que depois os possamos subarrendar nos nossos programas de habitação, a valores acessíveis», salienta o presidente da Câmara de Lisboa, sublinhando que as casas deverão «estar em condições de habitabilidade» e os

contratos a realizar terão a duração mínima de cinco anos.

O programa Renda Segura foi apresentado por Fernando Medina, no mesmo dia em que a plataforma informática onde poderão ser feitas as candidaturas entrou também em funcionamento no endereço renda segura.lisboa.pt.

O objetivo deste programa é contratar um conjunto de imóveis «de diferentes tipologias, para a totalidade das freguesias de concelho», existindo «a garantia do escrupuloso e atempado cumprimento da obrigação de pagamento das rendas, dado que o município, pela via contratual, assegura que todos os riscos e custos decorrentes de um eventual incumprimento do subarrendatário são eliminados», adianta Fernando Medina.

Para já será lançado um primeiro concurso, que decorrerá até 30 de junho e no qual a câmara de Lisboa propõe arrendar e depois subarrendar 300 habitações. Entre 15 de setembro e 30 de outubro haverá novo concurso, estando previsto um total de mil arrendamentos para um investimento global de 15 milhões de euros. Anualmente, a Câmara prevê ter um custo líquido, entre as rendas que paga e as que recebe, de 4 milhões de euros.

PROPRIETÁRIOS PRIVILEGIADOS

Fernando Medina é peremptório: «Abrimos uma segunda tranche entre o dia 15 de setembro e 30 de outubro. Com isto procuramos motivar todos, quanto mais cedo concorrerem, mais cedo podemos fazer os contratos, mais cedo os proprietários recebem as rendas e mais cedo disponibilizaremos as casas. Este é um programa crucial para todos».

Os grandes destinatários do programa serão os proprietários e em especial os que têm imóveis no alojamento local, destacou Medina, afirmando que «infelizmente o tu-



rismo será das atividades que mais tarde irá recuperar e passará ainda bastante tempo até que a cidade possa ter a pujança do passado».

Por isso, do ponto de vista do autarca, «os proprietários de imóveis em regime de alojamento local são os primeiros destinatários deste programa. É um programa particularmente atrativo para todos. Vamos praticar rendas competitivas para que os proprietários possam aderir, a que se adicionaram importantes benefícios fiscais».

Para Fernando Medina, este programa destina-se aos proprietários, que agora «se vêem com uma quebra significativa de rendimentos e com custos a que têm de continuar a fazer face» e, também, àqueles que tenham casas que precisem de obras antes de ir para o mercado. Por esse motivo, o programa Renda Segura admite que no momento da realização do contrato, seja adiantado logo pela autarquia um valor correspondente a três anos de renda. Neste caso o contrato de arrendamento à câmara terá uma duração de seis anos.

No que respeita aos preços, estão estabelecidos valores de referência de 450 euros para um T1, 600 para um T2, 800 para um T3 e 1000 euros para um T4. Ao inscrever o imóvel na plataforma o proprietário indica o valor que quer e que será depois avaliado.

Mas, segundo Fernando Medina, será dada preferência a quem opte por valores mais baixos. «Estes são valores máximos de referência. O preço que o proprietário peça será um elemento importante, vamos valorizar os proprietários que estejam na disposição de arrendar a preços mais económicos à câmara», sublinhou.

O programa anunciado pela Câmara de Lisboa tem como alvo principal os proprietários do alojamento local que agora se veem sem classes. A autarquia tem rendas de referência

que serão majoradas até 10% se a casa tiver mobilidade. Depois, os inquilinos também pagam mais.

SENHORIOS E INQUILINOS DE ACORDO NA ESSÊNCIA

Senhorios e inquilinos estão de acordo com os princípios gerais enunciados por Fernando Medina, que quer «colocar, o mais rapidamente possível, estas casas na bolsa das rendas acessíveis», defendendo que este programa «é um contributo estratégico importante para uma cidade mais saudável», porque «não podemos voltar a ter a poluição que tínhamos».

Para além de quebrar «alguns receios» nos senhorios na «boa» cobrança das rendas, este programa - segundo defende o autarca lisboeta - «vai permitir criar mais condições para as pessoas voltarem a viver em Lisboa», privilegiando «as deslocações pendulares em detrimento do automóvel».

Mas, enquanto o presidente da Associação de Inquilinos Lisboenses, Romão Lavadinho, considera que as mil casas até podem minimizar a especulação, mas não resolvem o problema da falta de casas a preços controlados em Lisboa, a vice-presidente da Associação Lisboense de Proprietários, Iolanda Gávea, elogia em termos gerais o programa Renda Segura.

Iolanda Gávea refere que este programa é bem vindo, mas alerta que tem de existir uma série de regras, sem os quais este sistema pode deixar de funcionar e regular o mercado, lamentando que os contratos tenham um período tão longo, ou seja, cinco anos.

Já para Romão Lavadinho, é necessário ir mais longe porque as rendas continuam a ter preços proibitivos, muito acima das possibilidades das classes média. Ainda assim o programa pode ser positivo.

Junta de Freguesia não teve «mãos a medir» no apoio aos mais carenciados na Misericórdia

A política de proximidade desenvolvida pela junta de freguesia da Misericórdia possibilitou fortalecer estratégias que contribuíram para suprir as carências alimentares sentida por alguns residentes, durante o estado de emergência.



O profundo conhecimento que adquiriu ao longo de dois mandatos à frente da Junta de Freguesia da Misericórdia permitiu a Carla Madeira tomar atempadamente um conjunto de medidas que minimizaram as consequências da pandemia de Covid-19. A junta auxiliou as pessoas mais idosas, realizando compras e entregando-as ao domicílio, distribuiu bens alimentares às famílias e realizou a desinfeção das ruas da freguesia com hipoclorito de sódio pelo menos uma vez por semana.

Ao nível das refeições confeccionadas, a junta está a distribuir cerca de 970 refeições semanalmente e entrega, a cerca de 150

famílias, cabazes de bens alimentares. Enquanto, no apoio às crianças do escalão A e B têm distribuído, em parceria com a CML, 185 refeições semanais

«Procuramos desenvolver uma política de proximidade que nos permita ter um conhecimento real das necessidades e anseios das populações», salienta Carla Madeira, referindo, ainda, que «a intensa proximidade e cooperação com as coletividades da freguesia», permitiu efectuar um vasto conjunto de iniciativas.

Mas, agora num momento em que a sociedade portuguesa entrou na segunda fase do desconfinamento, a presidente da Junta da Misericórdia «voltou ao terreno» e, à semelhança do que diz o Primeiro-Ministro, António Costa, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, defende a necessidade dos «lisboetas regressarem às ruas, consumirem no comércio local e voltarem, com confiança e segurança, aos restaurantes,

cafés e pastelarias». **Olhares de Lisboa** - Que medidas foram tomadas pela Junta de Freguesia da Misericórdia para ocorrer aos mais carenciados e também àqueles que ficaram em situação de lay off ou no desemprego?

Carla Madeira - Para as famílias/pessoas carenciadas e que ficaram em situação de lay off, a junta de freguesia disponibilizou de imediato apoio alimentar, com base em refeições confeccionadas ou em cabazes de bens. Este apoio contou com vários parceiros que, desde a primeira hora, se associaram a nós para suprir as necessidades imediatas da

nossa população mais carência, designadamente a Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Banco Alimentar contra a Fome (através da Rede de Emergência Alimentar) e os restaurantes Bairro do Avillez, Season e Água pela Barba.

Posteriormente, foi aberto um Fundo de Emergência Social, especial COVID, e algumas famílias, após a análise da sua situação, receberam apoio financeiro para pagamento de rendas ou outras despesas (luz e água). Atribuímos este apoio a 25 famílias.

OL - Como foi o acompanhamento das pessoas isoladas, nomeadamente os mais idosos?

CM - Através do telefone. Uma equipa de 15 colaboradores ligavam-lhes duas vezes por semana, para aferir as suas necessidades ou simplesmente para conversar um pouco com os idosos.

Esses telefonemas revelaram-se muito importantes no equilíbrio e bem-estar psicológicos dos nossos idosos, uma vez que no início do confinamento estavam muito assustados e não compreendiam bem as medidas de proteção. Com a explicação e acompanhamento individual foram acalmados. Todas as pessoas que ligaram para os idosos ligavam com um número identificado para que, em situação de emergência, pudessem contactar a junta.

OL - Quantas refeições foram e estão a ser distribuídas na freguesia aos mais desprotegidos?

CM - Ao nível das refeições confeccionadas, estamos a distribuir cerca de 970 refeições semanalmente e cerca de 150 famílias beneficiam de cabazes de bens alimentares. No apoio às crianças do escalão A e B têm sido distribuídos em parceria com a CML cerca de 185 refeições semanais.

OL - Como prevê que vai ser o futuro, agora que entramos na segunda fase de desconfinamento?

CM - Ainda estamos numa fase muito inicial para conseguir fazer algum tipo de previsão futurística. Vivemos um dia de cada vez, avaliamos todas as semanas os nossos serviços consoante também as normas das autoridades de saúde e do governo.

OL - Quais as medidas tomadas pela freguesia para limitar as situações de contágio do Covid-19?

CM - Ao nível da higiene urbana, todas as ruas da freguesia foram desinfetadas com hipoclorito de sódio pelo menos uma vez por semana, associada à lavagem permanente das ruas, efetuada antes da desinfeção.

Ao nível dos recursos humanos, todos passaram a usar equipamentos de proteção individual, as equipas passaram a trabalhar em espelho, de forma rotativa e as pessoas pertencentes a grupo de risco passaram a exercer as suas funções em teletrabalho. Foram fechadas todas as delegações e alguns colaboradores passaram a estar a fetos à intervenção social no apoio à população.

O serviço porta a porta passou a funcionar por marcação prévia e apenas com um utilizador de cada vez e o atendimento passou a ser realizado apenas na sede e via telefone, e-mail ou marcação prévia. Neste momento estamos com o serviço de apoio ao IRS também mediante marcação prévia.

Para a população mais carenciada, distribuímos máscaras sociais produzidas por algumas idosas do nosso projeto envelhecimento ativo e saudável (PEAS) e algumas jovens costureiras das aulas de costura criativa do projeto Offsina. Esta foi a forma que algumas participantes dos projetos mencionados encontraram para ocupar o seu tempo durante o confinamento, sentindo-se também elas parte do processo de ajuda à comunidade.

OL - Quando prevê o retorno do regresso «a uma normalidade controlada» na Junta de Freguesia?

CM - Não é possível fazermos uma previsão a longo prazo. Neste momento iremos ter o regresso de alguns serviços a partir dia 1 de junho, nomeadamente os AAFF (apoio aos jardins de infância), e prevemos a abertura de mais serviços no dia 1 de julho.

Porém, estas medidas carecem de avaliação permanente seguindo sempre as normas mais atuais das autoridades de saúde e do governo.

60^o Lavandaria self-service
Wi-Fi grátis e pátio
Rua do Poço dos Negros, 65 - 1200 Lisboa
Todos os dias das 9h às 22h
Instagram: @grauslaundry

SESENTA
 GRAUS
 laundry day.



Cozinha portuguesa • Especialidades alentejanas
 ENCERRA AOS SÁBADOS, FERIADOS AO ALMOÇO E DOMINGOS TODO O DIA

RESTAURANTE COCHEIRA ALENTEJANA

Rua Diário de Notícias, 74 - 1200-145 Lisboa
 Tel. 21 346 48 68 - E-mail: restaurante-ca@hotmail.com
 Siga-nos no Facebook/restaurantecocheiraalentejana
 GPS: N 38° 42' 44,47" | W 9° 8' 38,77"





CARLA MADEIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA:

Proximidade resolve muitos problemas

No seu segundo mandato à frente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Madeira defende que a política de proximidade que tem desenvolvido lhe permite ter um conhecimento profundo das necessidades das populações e, conseqüentemente, lutar por criar as melhores condições de vida para a população, designadamente em termos habitacionais e ao nível da higiene urbana.

«Procuramos desenvolver uma política de proximidade que nos permita ter um conhecimento real das necessidades e anseios das populações», salienta Carla Madeira que refere, ainda, «a intensa proximidade e cooperação com as coletividades da freguesia».

No momento em que a sociedade portuguesa entrou na segunda fase do desconfinamento, a presidente da Junta da Misericórdia «voltou ao terreno» e, apesar de ter sido uma das primeiras a insurgir-se contra a proliferação excessiva do Alojamento Local, está preocupada com as conseqüências da quebra do turismo que vai afectar o comércio local, principalmente a restauração, pedindo às pessoas que «regressem às ruas, consumam no comércio local e voltem, com confiança e segurança, aos restaurantes, cafés e pastelarias».

Todavia, como defendia antes de ser declarado o estado de emergência em entrevista a Olhares de Lisboa, Carla Madeira continua a lutar «pelo direito à habitação na Misericórdia», esperando

que as recentes medidas da Câmara de Lisboa consigam conter a especulação imobiliária que se faz sentir particularmente nas zonas históricas, reconhecendo que os preços de habitação, tanto em termos de arrendamento como de compra, são incomportáveis para a maioria das pessoas da freguesia.

«A freguesia, pelo facto de ter boas acessibilidades e se situar numa zona histórica, com muitas atividades, é extremamente cara e, as poucas casas que existem estão a preços inacessíveis», reconhece a autarca que, todavia, salienta que «existem programas com a Câmara de Lisboa que, de certa forma, vão permitir repovoar estas zonas históricas».

COLOCAÇÃO DE CONTENTORES

A higiene urbana e o ruído, «silenciado» pela crise pandémica, são situações que preocupam a autarca que, antes da crise, tomou várias medidas para «combater» esse flagelo que «aflição e pode voltar a afligir» os residentes locais mais boémios da freguesia, salienta Carla Madeira, o rosto visível da Junta de Freguesia da Misericórdia que, numa coligação bem-sucedida entre o PS e a CDU, tem conseguido fomentar várias políticas sociais e de solidariedade, com um orçamento que em 2020 chega aos 7 milhões de euros.

Carla Madeira, que espera não se voltarem aos tempos em que era co-

mum deitar copos de plástico para o chão e urinar em plena via pública, apesar das oito casas de banho públicas (5 fixas e 3 de moeda) existentes na freguesia, anuncia que no largo do Conde Barão e no Poço dos Negros vão existir contentores enterrados e vão ser colocados contentores fixos por toda a freguesia. «Começamos por colocar este equipamento na Bica, Bairro Alto e, agora, vamos colocar nas Mercês», adianta.

Em relação aos mais idosos, Carla Madeira pretende, dentro das limitações originadas pela crise pandémica, retomar os «programas direccionados para os seniores», nomeadamente o «Programa Envelhecimento Ativo e Saudável (PEAS), esperando, caso seja possível, retomar este verão o programa de praia e, nos restantes meses, organizar passeios e voltar a promover várias ações de convívio inter-geracional, salientando que a Junta, mesmo antes da crise, já tinha «respostas imediatas para os idosos isolados, com o apoio das coletividades e das paróquias (constituídas por gentes com uma grande dimensão Humana), dão apoio domiciliário a essas pessoas. Ou seja, além da resposta afetiva temos ações de solidariedade, como atribuição de cabazes alimentares e de roupas. No fundo, conseguimos que os seniores encontrem na Junta de Freguesia a família que, por circunstâncias várias, não têm», afirma Carla Madeira.

Barbearia da Bica faz descontos no corte de cabelo em troca de bens alimentares

As campanhas de solidariedade com os mais desprotegidos multiplicam-se. A freguesia da Misericórdia não fugiu à regra e, desde o dia 4 de maio, uma barbearia da Bica oferece descontos nos cortes de cabelo em troca de alimentos a serem oferecidos a quem mais necessita.

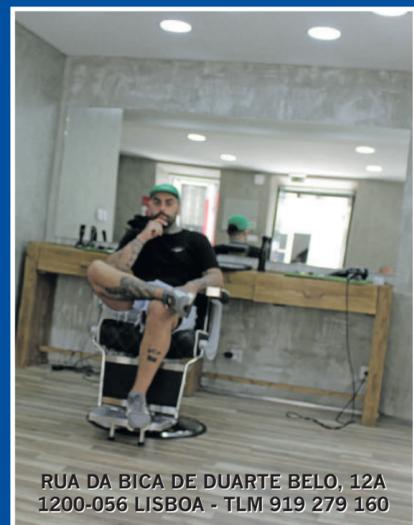
A Moreira Barber, uma barbearia da Bica, freguesia da Misericórdia, «encontrou» uma forma diferente de auxiliar a comunidade, nestes tempos de pandemia. Aberta desde o dia 4 de maio, decidiu iniciar uma «campanha de desconto de corte de cabelo a quem oferecer um alimento perecível». Os alimentos doados são entregues na junta de freguesia para serem distribuídos pelas famílias carenciadas da freguesia. Obrigado ao Fábio Moreira, mentor desta iniciativa, e a todos os seus clientes que contribuíram.

Fábio Moreira abriu há pouco tempo a barbearia na Bica (a rua "mais bonita do mundo", segundo o "New York Times"). Um espaço moderno, com o qual pretende «perpetuar o apelido Moreira, do avô, a quem "tudo deve".

Filho da Bica, Fábio ostenta com orgulho o apelido da família. Profissional com formação na Escola Vidal Sasson, uma das mais prestigiadas do mundo, diz que resolveu abrir o seu negócio no sítio que o viu nascer para "homenagear" as suas raízes.

O espaço foge do conceito de barbearia tradicional, utilizando cores neutras e um estilo bem funcional, mas charmoso e sofisticado. Quer marcar pela "diferença" e conquistar as pessoas do bairro. Segundo Fábio Moreira, a Moreira Barber quer batalhar pela afirmação de um espaço "novo e diferente de tudo o que há por aqui".

Fábio está na profissão porque se rendeu a um "amor à causa" e à necessidade de cumprir um designio mais alto: dar asas à vocação e elevar o apelido Moreira ao éter histórico da capital. O seu avô, "que tantos conselhos deu ao neto" e que já não pôde presenciar a ascensão do Moreira júnior.



RUA DA BICA DE DUARTE BELO, 12A
1200-056 LISBOA - TLM 919 279 160

Latoaria Maciel há 200 anos ao serviço de Lisboa

A profissão de latoeiro/funileiro é das mais antigas do mundo com séculos de existência. Os plásticos e o fabrico em série quase acabaram com esta arte. Hoje, no Mercado de Ofícios do Bairro Alto, em Lisboa, resiste uma das últimas oficinas de latoeiros: a Latoaria Maciel. Apesar da crise pandémica, esta arte conseguiu sobreviver e mostra-se esperançada que «melhores dias virão...»



A história da latoaria Maciel, instalado em pleno Mercado de Ofícios do Bairro Alto, não é só a história de uma família, é também a de Portugal e da cidade de Lisboa. Com mais de duzentos de anos de história foram latoeiros da coroa real, atravessaram duas guerras mundiais, crises económicas, a invasão da era do plástico e, agora, estão a passar, como todos os portugueses, por mais uma adversidade: a pandemia do Covid-19. Aqui trabalham Margarida Gamito, o marido Rui Gamito e o mestre Rufino, latoeiro há sessenta e cinco anos, que trabalhou com o avô e o pai de Margarida e ainda hoje trabalha na Maciel.

Ao longo de dois séculos, fabricaram candeeiros, artigos de decoração, lanternas tradicionais e modernas. Começaram por fabricar, em 1789, candeeiros de petróleo, de azeite ou de óleo de baleia e especializaram-se em lanternas de carruagens. A Maciel forneceu os modelos de lanterna em ferro zincado que foram colocados nas ruas

de Lisboa sob encomenda do Intendente Pina Manique, tendo também fornecido a Coroa Portuguesa e a Sé Catedral de Lisboa, bem como palácios, casas senhoriais e museus portugueses e além-fronteiras.

Foi Rui Pragana quem criou durante a 2ª Guerra Mundial o sistema «bailarina» (forma de aquecer água sem usar fogo), que permitia a todas as famílias usufruírem de luz nas suas casas através do aproveitamento de desperdícios, como jornais e tecidos.

Margarida Pragana Gamito, da sétima geração de proprietários, é a primeira mulher da família a estar à frente do negócio, conta como foi criada oficialmente a Latoaria Maciel, em 1810: «depois do terramoto, a cidade estava a ser reconstruída e era necessária iluminação pública. Todos contribuíam com o que podiam e o Intendente Pina Manique obrigou as latoarias a fabricarem, cada uma, um determinado número de peças para a via pública e todos os cida-

dãos maiores de 18 anos que não estudassem eram obrigados a dar uma medida de azeite todas as semanas, para a iluminação pública».

Um dos momentos altos da Maciel foi, segundo Margarida Gamito: «no tempo do avô quando a rainha de Portugal, D. Amélia, se deslocou à Maciel para gravarmos num conjunto de chá de prata, as insígnias das coroas reais portuguesa e inglesa, para oferecer à rainha de Inglaterra. Ainda hoje existem, uma está no Palácio de Queluz e a outra no Palácio de Buckingham. Ainda temos as notas de encomenda desse trabalho». É, por isso, que a atual responsável, afirma: «éramos os latoeiros da coroa».

INSTITUIÇÃO DA CIDADE

«A arte na latoaria é uma área muito abrangente», salienta Margarida Gamito,

explicando: «nós somos latoeiros e fazemos lanternas, mas temos o latoeiro/funileiro, latoeiro/caldeireiro. Porque eram pessoas que aprendiam a arte de transformar os metais mais leves, a folha de flandres, chapa zincada, chapa galvanizada, zinco, cobre e o latão».

Segundo Margarida Gamito, «em 1810, a Maciel começou a fazer painéis, mas há registos de antes do terramoto». «E depois foi passando de filho varão para filho varão», acrescenta para, de imediato, lembrar que a latoaria «era uma arte totalmente exclusiva dos homens, não havia mulheres latoeiras».

«Não temos só candeeiros, as pessoas chegam com esboços e nós concretizamos. É uma arte muito rica» afiança Margarida Gamito, realçando que exige muita «habilidade manual, criatividade e gosto pelas artes».

Vamos renascer desta crise pandémica

«A Maciel, ao longo dos seus dois séculos de existência, já passou por várias crises e vamos conseguir ultrapassar mais esta», afirma Margarida Gamito, proprietária da mais antiga latoaria de Lisboa, que se mostra esperançada que «melhores dias virão».

No século passado, a Maciel passou por duas guerras mundiais, pela pandemia da «gripe espanhola», que matou mais de 120 mil portugueses, e pela revolução dos cravos, tendo sobrevivido a todos esses momentos e, como a «Fenix», está ciente que vai voltar «aos tempos antigos», porque «têm uma arte e trabalho que ninguém têm». Durante o período de estado de emergência, a Maciel esteve «fechada» para o grande público, mas, diariamente, a sua equipa de artistas «ia à oficina» para «despachar» trabalhos encomendados.

Apesar de ter estado em laboração permanente, a Maciel também sentiu, como é óbvio, os impactos financeiros causados pelo Covid-19. Contudo, Margarida Gamito mostra-se confiante «no futuro que ainda não se sabe o que vai ser».

Após realçar os «incansáveis esforços dos responsáveis da Câmara de Lisboa e da Junta de Freguesia da Misericórdia» para minorar os problemas das empresas, nomeadamente através da isenção do pagamento das rendas, Margarida Gamito afirma que «a crise não a assusta, porque tem confiança na qualidade dos seus produtos e no trabalho e arte dos seus artesãos». Todavia, a empresária mostra-se preocupada «com a actual situação financeira dos clientes e fornecedores», que pode dificultar «a vida» da empresa. «Sem clientes não vendemos e sem fornecedores não conseguimos adquirir os materiais para fabricar os nossos produtos e dar respostas eficazes aos pedidos do mercado», refere.

Socunha®

Rua da Cruz dos Poiais, 80/82

1200-138 Lisboa

Tel: 21 392 86 40

www.socunha.com
socunha@socunha.com



Fardas e Uniformes para, Hotelaria, Restauração, Indústria, Saúde e Escolas. Têxteis para o Lar. Confeção própria.

Personalização: Bordados Estampagem

DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA

Carreira de Bairro da Misericórdia «eleita» para ir às compras

Os moradores da freguesia da Misericórdia consideram-se bem servidos com a nova carreira de Bairro da Carris, a 22 B, que se inicia e termina na Rua dos Remolares. A 22B tem um papel importante na mobilidade dos residentes da freguesia. O vereador da Mobilidade, Miguel Gaspar, e a presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Madeira, aproveitaram a viagem inaugural para lembrar que esta carreira facilita as deslocações, principalmente dos mais idosos, na freguesia.



A freguesia da Misericórdia tem uma carreira de Bairro, a 22B, com início na Rua dos Remolares, seguindo pela Praça Duque de Terceira, R. do Alecrim, Pç. Luís de Camões, R. do Loreto, R. da Rosa, R. D. Pedro V, Pç. Príncipe Real, R. Jasmim, R. Palmeira, R. Nova da Piedade, R. S. Bento, R. Mastros, Lg. Conde Barão, R. da Boavista, R. de S. Paulo, R. da Moeda, Praça D. Luís I, R. Ribeira Nova e Rua dos Remolares, onde faz terminal.

O vereador da mobilidade da Câmara de Lisboa, Miguel Gaspar, e a presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Madeira, foram os primeiros passageiros desta carreira que, durante o actual período de crise sanitária, tem solucionado os problemas de mobilidade de muitos «fregueses da Misericórdia», necessitados de se deslocar para fazer compras.

O vereador da mobilidade, Miguel Gaspar, lembra que «o percurso destas carreiras tem como objetivo promover a mobilidade dentro das freguesias» e, dessa forma, facilitar, principalmente aos mais idosos, «deslocações, nomeadamente aos centros de saúde».

Por outro lado, segundo Miguel Gaspar, as carreiras de bairro contribuem para cimentar uma das grandes apostas da cidade de Lisboa, uma maior utilização do transporte público.

Do ponto de vista do autarca, as carreiras de bairro permitem, também, às pessoas que não habitam «nos bairros históricos» deslocarem-se dentro da capital sem trazerem «os veículos particulares para o centro da cidade».

Já para a presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Madeira, esta carreira «dá resposta a uma necessidade

que se sentia na freguesia, nomeadamente as deslocações dos mais idosos a outros locais da freguesia», complementando a oferta do transporte porta-a-porta que a Junta de Freguesia tem ao serviço dos residentes.

Com início e término na unidade de saúde do Cais do Sodré, com percursos de 30 minutos, «esta carreira – afirma a autarca – é usada essencialmente pelos residentes na freguesia».

Segundo ela, a Misericórdia até «está bem servida de transportes». Contudo, alguns autocarros e elétricos, principalmente o elétrico 28, eram «utilizados maioritariamente por turistas», o que dificultava a deslocação dos residentes dentro da freguesia.

Esta nova carreira de bairro cruza com outras linhas da Carris, designadamente a 706, 714, 727, 728, 732, 735, 736, 758,

760, 773, 781, 782, 15E, 18E, 24E, 25E e 28E.

A 22B funciona das 7 às 21 horas, com intervalo médio de 30 minutos. Todos os títulos de transporte da rede urbana da Carris são válidos, assim como o passe exclusivo «Carreiras de Bairro» (10€ por 30 dias) e têm como objetivo reforçar a mobilidade local, criando complementaridade à rede já operada pela Carris. Estas novas linhas geram maior proximidade às infraestruturas mais importantes dos bairros como escolas, centros de saúde, mercados e outros meios de transporte público.

As Carreiras de Bairro são como «sementes que espalhamos por Lisboa para oferecer mais e melhor serviço», salienta a empresa rodoviária municipal de transportes, sublinhando que o objetivo é ter «menos carros, mais CARRIS!»

Largo do Conde Barão vai para obras

A Câmara de Lisboa vai avançar com uma intervenção no Largo do Conde Barão, freguesia da Misericórdia, tendo iniciado as obras de reordenamento de estacionamento entre a Rua de S. Paulo e o Conde Barão.

No âmbito do programa municipal «Uma Praça em Cada Bairro», a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai avançar com o projeto de alteração para o Largo do Conde Barão, em Lisboa. Neste momento, está já a realizar obras de reordenamento do trânsito nas Ruas de S. Paulo e da Boavista e no Largo do Conde Barão. Com uma área de intervenção aproximada de 5 240 m², o Largo do Conde Barão está genericamente circunscrito a norte pela frente edificada descendente da encosta da Bica, centrada nos seus três Palácios contíguos – Palácio do Conde-Barão de Alvíto, Palácio Almada Carvalhais e Palácio Alarcão – e a sul pela frente edificada plana do aterro da Boavista; no espaço «alargado» que surge entre os eixos bem definidos da Calçada Marquês de Abrantes, vinda da Madragoa, e da rua da Boavista, vinda do Cais do Sodré.

A intervenção abrange todo o espaço público do Largo, bem delimitado pelas «suas densas frentes» edificadas norte/sul, fronteiro aos Palácios, complementado na envolvente a nascente e a poente pelo último quarteirão da Rua da Boavista, a partir do seu alargamento após o Beco Francisco André, e pelo primeiro quarteirão da Calçada Marquês de Abrantes, terminando na Av. Dom Carlos I, no sentido de vinda do centro da cidade, como espaços de transição entre estes eixos distribuidores e o espaço do Largo propriamente dito. Encontra-se igualmente contemplada nesta intervenção a requalificação e reconversão funcional da totalidade da Travessa do Cais do Tojo, bem como dos segmentos finais da Travessa dos Pescadores e da Rua da Silva, na sua intersecção respetivamente à Calçada Marquês de Abrantes e ao Largo do Conde Barão, por forma a unificar o espaço público de toda a «Praça» do Conde Barão. O Largo do Conde Barão nasceu, se assim se pode dizer, no século XVI, junto à então praia na Boa Vista

quando foram construídos dois palácios: O Palácio Alvíto, edificado em finais de Quinhentos e o palácio Almada - Carvalhais, construído em 1545. Na parte frontal ao conjunto formado pelos dois palácios veio a formar-se um Largo irregular que recebeu a designação de «Largo do Conde-Barão».

A consolidação dos dois palácios durante o século XVI vieram juntar-se arruamentos, onde se fixou uma população ligada às atividades marítimas e comerciais, bem patentes na toponímia local, tendo como limite Norte o arruamento que estruturou urbanisticamente o lado ocidental da cidade.

O topónimo «Conde-Barão» cedo extravasou os limites do largo vindo a designar este conjunto de ruas sem nunca, contudo, ter formado um bairro propriamente dito. No dizer de Norberto de Araújo: «o Conde-Barão (sítio) é hoje incaracterístico; o seu pitoresco está nas ruas e ruelas que dele nascem para o lado Norte, e que levam à Rua do Poço dos Negros e a Santa Catarina».

REORDENAMENTO DO ESTACIONAMENTO

Entretanto, a Câmara anunciou o reordenamento do estacionamento nas ruas de São Paulo, Boavista e Largo do Conde Barão, que passa pelo alargamento dos passeios e garantindo o distanciamento social. Desta forma, a EMEL vai requalificar o estacionamento na área que compreende a Rua de São Paulo, a Rua da Boavista e o Largo Conde Barão, na Misericórdia. Os trabalhos terminam nos primeiros dias de junho. Com esta intervenção, a Travessa do Carvalho, a Praça de São Paulo, a Travessa de São Paulo e a Travessa da Ribeira Nova passam a ter estacionamento (42 lugares) exclusivamente para residentes com dístico de zona.

Renda Segura, Rendimento Garantido



Renda Segura é um programa da Câmara Municipal de Lisboa para arrendar casas particulares na cidade, para depois as disponibilizar em regime de Renda Acessível a jovens e classe média.

A CML garante aos proprietários um rendimento atrativo, estável e seguro, num contrato não inferior a 5 anos. A CML assume toda a relação com os inquilinos.

A CML ASSEGURA

- Isenção total de IRS, IMI ou IRC
- Renda atrativa e segura
- Fim da tributação de mais valias para os proprietários de Alojamento Local
- Adiantamento até 3 anos de rendas
- Processo simples e rápido
- Condições especiais para imóveis em Alojamento Local

Teto máximo das rendas

(valor líquido recebido pelo proprietário)

Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4 (e>)
Preço máximo fixado (CML)	€450	€600	€800	€900	€1.000
Valor referência em m ²	35	50	65	75	90

Se é proprietário, junte-se ao programa **Renda Segura** Arrende sem risco, complicações ou impostos

Inscrições abertas entre 18 de maio e 30 de junho

Toda a informação e candidaturas em rendasegura.lisboa.pt



MISERICÓRDIA GANHA A PRIMEIRA LAVANDARIA-CONCEITO DE LISBOA

60 Graus – Laundry Day é muito mais do que uma lavandaria self-service. É também loja e um espaço de convívio não apenas de clientes, mas de toda a comunidade lisboeta.

É uma lavandaria self-service, mas é também uma loja e um local onde são realizados diversos workshops. A 60 Graus – Laundry Day chegou à Freguesia da Misericórdia em Outubro de 2019 e desde então, têm atraído não apenas os moradores da região, mas pessoas de todas as zonas de Lisboa.

O espaço é tão diferente que até já foi destaque na Revista Time-Out. A 60 Graus surge na Rua do Poço dos Negros, 65, tendo como principal meta ser a melhor lavandaria da cidade. Para já, o atendimento ali é diferenciado: há sempre alguém a ajudar os clientes a escolher a melhor temperatura para lavar e secar a roupa, a utilizar a central de pagamentos e até a dobrar as peças se for preciso.

Mais que uma lavandaria, o espaço é também loja. São vendidos produtos para casa e roupas, como spray de passar à ferro, spray para tecidos, velas e ambientadores, todos da marca italiana Millefiori Milano. E no quesito sustentabilidade, a 60 Graus não fica atrás: criaram uma ecobag XXL feita em Portugal e 100% algodão, grande o suficiente para os clientes carregarem muita roupa ou até mesmo lençóis e toalhas.

Outro diferencial da 60 Graus - Laundry Day é o pátio com bancos de madeira e plantas, um espaço ideal para os clientes esperarem a roupa lavar e secar, mas também local onde são realizados diversos workshops. A agenda de eventos é sempre divulgada no Instagram da lavandaria.

60 GRAUS – LAUNDRY DAY
Rua do Poço dos Negros, 65
Seg – Sex: 9h às 22h
Sáb – Dom: 9h30 às 20h
Encerra aos feriados
Instagram: @60grauslaundry





Há vida para além do Covid

Lisboa lança obras, investe em casas para Renda Acessível e facilita licenciamentos urbanísticos

Mesmo com a actual crise provocada pelo Covid-19, a Câmara de Lisboa, para além de ter aprovado medidas para responder à falta de habitação, lançou obras no valor de 67 milhões de euros, mantendo o plano de investimento que tinha programado para 2020. Ao mesmo tempo que simplificou o processo de licenciamentos urbanísticos e criou a App Lisboa.24 que permite ao munícipe identificar e reportar situações e ocorrências na cidade em questões de emergência e acontecimentos com mais impacto no quotidiano das pessoas.



No entanto e atendendo ao impacto viário desta obra, e como consta no caderno de encargos levado a concurso, as obras terão lugar durante o período noturno, entre as 21:00 e as 06:00, exceto aos fins de semana e durante o mês de agosto - períodos onde os trabalhos devem ser executados durante 24 horas.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS PARA ARRENDAMENTO

Por outro lado, foi também aprovado o reforço do «pilar público do Programa Renda Acessível» que vai implicar a mobilização do «património público inutilizado para responder à falta de habitação a preços acessíveis na cidade».

Mas, para isso, vão ser criados «os procedimentos junto das várias entidades públicas proprietárias de imóveis em território municipal, com o objetivo de criação de uma bolsa de fogos públicos para arrendamento a preços acessíveis, com a possibilidade de opção de compra, mobilizando igualmente fogos devolutos privados e edifícios devolutos de uso coletivo para além do património público».

SIMPLIFICADA FISCALIZAÇÃO LICENCIAMENTOS URBANÍSTICOS

Perante a necessidade de reanimar o sector das obras e da habitação, a autarquia introduziu várias regras nos licenciamentos urbanísticos que vão contribuir para uma maior simplificação e reforço de fiscalização nessa área. Assim, implementou novas medidas de simplificação, aumento da eficiência produtiva e de reforço efetivo da fiscalização no licenciamento urbanístico da cidade, que permitirão uma resposta mais célere aos cidadãos e às empresas.

«Estamos conscientes do impacto positivo que a eficiência e celeridade da nossa atividade têm no apoio ao setor imobiliário e de construção, cuja relevância económica e social é estratégica para a cidade de Lisboa. Por

essa razão, e sobretudo no contexto em que vivemos, implementámos um conjunto de medidas que permitirão resolver as pendências de licenciamento na fase de especialidades e ocupação de via pública e, simultaneamente, criar condições para se manter esta celeridade no futuro», afirma Ricardo Veludo, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa.

As medidas já implementadas passam pela simplificação administrativa e controlo meramente formal das especialidades e pelo reforço «muito significativo de engenheiros e arquitetos afetos à fiscalização, tornando-a mais efetiva e presente, conduzindo a uma maior e consequente responsabilização dos autores dos projetos, dos coordenadores dos projetos e dos donos de obra.»

Estas medidas - adianta o vereador do Urbanismo - vão ao encontro das últimas alterações do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação que prevêem que o «controlo prévio dos projetos das especialidades seja meramente formal e que quaisquer irregularidades detetadas em fase de fiscalização dêem origem à participação desses factos às associações e ordens profissionais e às autoridades judiciais». Por esse motivo, a simplificação do controlo prévio tem de ser acompanhada por um reforço efetivo da capacidade de fiscalização sucessiva de projetos e obras.

«O elevado nível de preparação técnica e sentido de responsabilidade profissional dos arquitetos e engenheiros portugueses têm evidenciado que são mercedores da confiança das autoridades públicas no que concerne à qualidade dos projetos e cumprimento das normas regulamentares. É por isso que a lei determina que os termos de responsabilidade dos autores dos projetos e dos coordenadores de projeto constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo, portanto, a sua apreciação prévia», acrescenta Ricardo Veludo.

App dá informações ao minuto



A Câmara de Lisboa lançou a app Lisboa.24, uma aplicação móvel para informar os cidadãos sobre o que de mais importante acontece na cidade, nomeadamente em termos de proteção civil e trânsito.

Com uma utilização intuitiva, esta app transmite «a todos os utilizadores avisos à população sempre que esteja em causa a segurança das pessoas e notificações ou informações diversas, como situações de emergência que tenham impacto na via pública, obras, condicionamentos de trânsito, parques de estacionamento disponíveis ou rede de bicicletas Gira», informa a Câmara de Lisboa.

Todavia, salienta a edilidade, «todas as notificações são opcionais, exceto a opção de avisos à população em matéria de segurança, que pela sua importância não é possível

desativar. Estão também disponíveis na app informações na área da proteção civil, contactos úteis e novidades sobre a cidade e o município».

Nesta fase de crise pandémica são ainda transmitidas informações sobre as medidas Covid-19 promovidas pelo município, com destaque para a plataforma «Estamos Abertos», cujo objetivo é divulgar informação sobre os estabelecimentos abertos na cidade durante este período, horários de funcionamento e serviços adicionais.

Para a Câmara, esta app representa mais e melhor informação e não está dependente de qualquer registo ou acesso à informação, embora este procedimento seja «aconselhável para uma utilização mais personalizada, de acordo com o perfil definido por cada utilizador».



Socunha defende:

A Banca tem de ser mais rápida a libertar dinheiro de apoio da Linha Covid-19

As empresas portuguesas estão com dificuldades no acesso aos apoios anunciados pelo Governo para fazer face ao impacto da pandemia de Covid-19, tudo porque as instituições bancárias estão a criar entraves para "libertarem" os empréstimos, afirma a Olhares de Lisboa, o empresário José Mário Cunha, da Socunha - Tecidos e Enxovais, Lda., uma das empresas líderes do sector têxtil para hotelaria e restauração.

Com o tecido empresarial português altamente descapitalizado e dependente de ajuda externa no futuro, a queixa mais repetida entre empresários é a dificuldade em aceder, através dos respetivos bancos, às linhas de crédito criadas pelo Governo.

«Os bancos não têm tido a celeridade suficiente, existem versões contraditórias sobre quem recebe ou não apoio, entretanto, os empresários não sabem como é que vão pagar as contas», afirma José Mário Cunha, Gerente da Socunha-Tecidos e Enxovais, Lda., sediada na Rua da Cruz dos Poiais, em Lisboa.

PERGAMINHOS NO SECTOR TÊXTIL

Apesar dos seus «pergaminhos», a empresa, à semelhança de milhares de outras empresas portuguesas, está a atravessar um período «complicado», devido à crise sanitária.

Com 20 trabalhadores, a maioria no sistema de lay-off, a Socunha é uma empresa de sucesso, com «capacidade própria na personalização de todos os artigos, executando nomes ou logótipos nos diversos tamanhos e cores, pelo processo de bordado ou estampanaria têxtil».

Formada por uma equipa jovem, presta um atendimento personalizado no serviço de venda, bem como uma boa assistência no pós-venda, sendo este um dos principais atributos para o êxito registado ao longo de todos estes anos.

Contudo, como salienta José Mário Cunha, «neste momento está a passar por uma fase

crítica e precisa do apoio da banca e das linhas de crédito anunciadas pelo Governo, mas que até agora nada apareceu de concreto.»

«O Governo tem estado bem, mas não chega anunciar milhões quando, até agora há zero de apoio às pequenas empresas, por entraves colocados pelo sector bancário», critica José Mário Cunha salientando que, desta forma, estamos a caminhar para «a recessão e depressão económica mais grave do século».

O empresário sente a falta de apoio do Estado, na medida em que os acessos às medidas de apoio são burocráticos, demoradas e inacessíveis, existindo por parte dos bancos um «bloqueio generalizado» no acesso aos apoios do Estado.

MANTER-SE À TONA DA ÁGUA

Segundo o empresário, existem neste momento muitas empresas «afritas para se manterem à tona da água e muitas famílias dependentes da chegada da boia salvadora».

Do ponto de vista de José Mário Cunha, «existe uma grande incógnita: qual vai ser a situação financeira dos clientes e fornecedores?»

Apesar de se ter mantido em laboração, a Socunha teve uma quebra de negócios «à volta dos 80%», aos quais se somam as dívidas de alguns clientes, «só de uma cadeia hoteleira temos retidos 100 mil euros», adianta José Mário Cunha, referindo que, actualmente, a sua «grande preocupação é honrar a palavra dada ao pai pouco antes do seu falecimento que será de manter e honrar o nome da empresa levando a sua existência o mais longe possível».

«A minha primeira preocupação, quando a crise começou, foi salvaguardar a saúde dos meus trabalhadores.»

A segunda foi cumprir com todas as regras de segurança da DGS, mantendo uma laboração mínima para honrar os compromissos com alguns dos nossos clientes que se encontravam na linha da frente, nomeadamente os hospitais,



clínicas, lares, forças de segurança, etc.», revela José Mário Cunha que, devido ao atraso da resposta bancária ao crédito pedido, tem «injetado dinheiro do seu bolso na empresa».

Neste momento, como salienta a empresa está a passar pela pior fase dos seus 40 anos de vida.

«Este é um período em que só há incertezas. Os trabalhadores, com muito sacrifício, estão a ajudar a empresa a reerguer-se e por isso a grande frustração que terei na vida é

não conseguir ultrapassar este desafio criado pelo Covid-19», afirma o proprietário da Socunha que louva o espírito de sacrifício e de coragem dos seus trabalhadores, realçando que «estamos todos no mesmo barco, a remar para o mesmo lado para seguirmos em frente».

José Mário Cunha mostra-se esperançoso que, «mais tarde ou mais cedo, a confiança vai regressar e todos juntos voltaremos a ser mais fortes e mais sábios».

Auto Mecânica

CENTRAL de XABREGAS

Júlio Machado • Telem.: 919 852 098

Calçada do Gastão, 4 • Portas 35, 37, 39, 40 e 42 • Xabregas • 1900-194 LISBOA
Tel. 21 868 12 81 • Tel./Fax 21 868 77 60 • geral@amcx.pt

Oficina de Reparação de Automóveis
ASSISTÊNCIA A TODAS AS MARCAS

Colisão • Banco de Ensaio, Estufa de Pintura
Mecânica, Electricidade, Manutenção, Reparação

LEVAMOS O SEU CARRO À INSPEÇÃO



olhares
de lisboa.pt

OLHARESDELISBOA.PT

JORNAL DIÁRIO ON LINE - EDIÇÃO TRIMESTRAL IMPRESSA

Proprietário e Editor Avaranche de Sonhos Unipessoal, Lda. • CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO M.R.S. Oliveira (100%) • NIF 514355034

Sede Social/Sede Editor/Sede Redação Av. Eng. Arantes de Oliveira, 3 rc 1900-221 Lisboa • Tel 211934140 • Tm 967734378 • avalanchedesonhos@sapo.pt

Diretor Mário Rodrigues • olharedel Lisboa@olharedel Lisboa.pt • Redação Alfredo Miranda, Luis Antunes, Jorge Matias, Luis Miguel Marques

Fotografia Fernando Zarcos • Publicidade e Marketing Marcelo Duarte - Diego Guimarães • Paginação e Arte Gráfica Mário Clemente

Impressão Gráfica Funchalense - Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50 - Morlena - 2715-029 Pêro Pinheiro

Nº de Registo na ERC 126989 • Depósito Legal 426706/17 • ISSN 2184-2922 • Estatuto Editorial olharedel Lisboa.pt/category/estatuto-editorial

Tiragem deste número 20.000 exemplares • www.facebook.com/olharedel Lisboa • www.olharedel Lisboa.pt



Águas do Tejo asseguram qualidade da água

«Maximizar a sustentabilidade energética no setor das águas» é um dos grandes objetivos das Águas do Tejo Atlântico que, diariamente, continua a prestar um serviço estrutural na área do ambiente e de saúde pública, garantindo que as águas residuais são tratadas de forma ambientalmente seguras para descargas no mar e nos rios. «Quando a vida das pessoas regressar à normalidade vão encontrar os rios, os lagos e o mar, com a mesma qualidade ambiental», assegura a empresa que, entretanto, continua a desenvolver o projeto «Água +».

Uma altura em que a saúde pública e a higiene são as principais prioridades dos portugueses, a Águas do Tejo Atlântico lançou uma campanha informativa nas redes sociais, intitulada «Para onde...?», que pretende sublinhar a necessidade de valorização da água, mesmo depois de ter sido usada em casa e lembrar que os resíduos não devem ser colocados na sanita.

Esta iniciativa, que arrancou em abril, no Facebook, Instagram e LinkedIn, quer reforçar «a continuação do tratamento das águas residuais, 7 dias por semana, nas Fábricas de Água, garantindo a qualidade do ambiente e da saúde pública».

A crise pandémica não parou a Tejo Atlântico que, durante estes meses, registou «a total operacionalidade das suas equipas» mantendo em funcionamento pleno as 103 Fábricas de Água (ETAR), porque o «tratamento das águas residuais é um fator determinante para a saúde pública».

António Frazão, presidente das Águas do Tejo Atlântico, salienta que «a empresa teve de se ajustar a esta nova realidade, para poder continuar a prestar um serviço estrutural na área do ambiente, em particular no Saneamento em Alta, a cerca de 2,4 milhões de habitantes da grande Lisboa e Oeste».

«Este trabalho está a ser garantido a 100% nas nossas 103 Fábricas de Água (ETAR) a funcionar em pleno por forma a garantir a salvaguarda da nossa salubridade social», adianta.

«Foi necessário ajustar a operação, aumentar os níveis de desinfeção e limpeza das instalações e viaturas de serviço, reforçar o uso de EPI - Equipamentos de Proteção Individual e adaptar os turnos para evitar riscos de contágio», salienta a administração da empresa, prometendo «continuar a realizar este trabalho, todos os dias, 24 horas por dia, garantindo que as águas residuais são tratadas de forma ambientalmente seguras para descarregar

no mar e nos rios para que, assim que a vida regresse à normalidade, as pessoas possam encontrar os seus locais preferidos junto aos rios, lagos e mar, nas mesmas condições de utilização e qualidade ambiental.

NEM A PANDEMIA PAROU O PROJETO «ÁGUA +»

A Águas do Tejo Atlântico continua empenhada na concretização do Plano Estratégico de Reutilização de Água na Cidade de Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, para infraestruturar a capital com uma rede de distribuição de «água+», água residual tratada para fins não potáveis, onde a parte visível na cidade serão os hidrantes que servirão, numa primeira fase, para a lavagem de ruas.

Este projeto vai abranger a frente ribeirinha de Lisboa, o eixo Parque Eduardo VII e Avenida da Liberdade, o vale de Chelas e Marvila e o Parque Tejo, no Parque das Nações.

Segundo António Frazão, «este é um grande passo no compromisso da Tejo Atlântico com a economia circular», estando a empresa «empenhada em colaborar com os outros municípios servidos pelo sistema por forma a ampliar a utilização da água+ produzida nas Fábricas de Água, tornando o consumo de água mais racional, contribuindo para mitigar a escassez deste bem, tendo em conta os fenómenos das alterações climáticas e o aumento dos episódios de seca».

O projeto «água+» da empresa Águas do Tejo Atlântico já foi reconhecido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na categoria - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável ODS6 Água Potável e Saneamento. Esta distinção, por boas práticas em

responsabilidade social e sustentabilidade, premiou o projeto de água para reutilização «água+» e a necessidade de adoção de novos comportamentos face ao bem escasso que é a água.

Do ponto de vista das Águas do Tejo Atlântico, a marca «água +» identifica a água para consumos não potáveis produzida em Fábricas de Água (ETAR's), e tem usos urbanos, agrícolas e industriais, tais como lavagens de rua, rega de espaços verdes, rega agrícola, sistemas de climatização industrial, lavagem de veículos, entre outros.

«A utilização de água residual tratada (água reciclada = água+) contribui para uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos, constituindo um benefício como fonte de água alternativa para usos não potáveis. A Águas do Tejo Atlântico criou em 2018 a marca «água+» representativa deste produto, com qualidade ajustada às diferentes necessidades e utilizações, garantindo a sua segurança», destaca o presidente da empresa.

O desenvolvimento e implementação deste projeto, diretamente ligado à Economia Circular, tem já impacto relevante nos municípios de Lisboa, Cascais e Mafra, contribuindo para o desenvolvimento de projetos de rega e lavagem sustentável, utilizando água residual tratada como alternativa à água potável, reservando a água com qualidade máxima para o consumo humano. Actualmente decorre um processo que visa aplicar a «água+» na rega de espaços verdes urbanos no Parque das Nações, em Lisboa.

A Águas do Tejo Atlântico tem como objectivo a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Concurso desafia comunidade científica

A Águas do Tejo Atlântico decidiu alargar, até 31 de julho, a apresentação dos projetos do concurso «Desafio à Inovação 2020», que tem como objetivo estimular a comunidade científica, universitária e start ups/empresas, a apresentarem projetos e soluções de inovação que permitam elevar os níveis de eficiência e de processo, no tratamento de águas residuais.

No Desafio à Inovação deste ano, estão a concurso três temas: «Tejo Atlântico 4.0»; «Otimização da Gestão Operacional» e «Recuperação e Valorização de recursos».

O projeto melhor pontuado será o vencedor e receberá o 1.º Prémio «Inovação Tejo Atlântico 2020», no valor de 4.000 euros. Os segundo e terceiro projetos melhor classificados receberão, respetivamente 2.500 e 1.000 euros.



Estações de tratamento de água reduzem consumo de energia

Investigadores do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, no Porto, desenvolveram um sistema de inteligência artificial, o «ePredator», que vai permitir reduzir até 20% o consumo de energia elétrica das estações de tratamento de água residuais. A utilização deste sistema, desenvolvido em colaboração com as Águas do Tejo Atlântico, que integra o grupo Águas de Portugal, vai permitir reduzir o consumo de energia elétrica nas estações de tratamento de águas residuais «entre 15 e 20%».

«No Grupo Águas de Portugal, o consumo de energia elétrica representa cerca de 1,4% do total de consumo de energia elétrica em Portugal», afirma o instituto

do Porto, acrescentando que, neste setor, o consumo de energia tem um «elevado peso no total dos custos operacionais das empresas».

«Os sistemas elevatórios de águas residuais representam uma grande parte destes gastos, tornando-se necessária uma melhor gestão do seu funcionamento e minimização da energia consumida», esclarece o INESC TEC.

Citado no comunicado, Ricardo Bessa, investigador e coordenador adjunto do Centro de Sistemas de Energia do INESC TEC, adianta que o sistema, além de reduzir o consumo de energia, poderá, entre outras questões, «controlar o horário da operação das bombas, antecipar períodos de elevada

afluência de águas residuais e incluir diferentes níveis de desgaste das bombas».

A investigadora Rita Alves, responsável pela área de investigação, desenvolvimento e inovação da Águas do Tejo Atlântico, refere que «a maioria das estações elevatórias de águas residuais são operadas através de níveis fixos, para regular o nível da água nos poços de bombagem» e que essa abordagem é «mais dispendiosa economicamente».

O «ePredator», desenvolvido no âmbito do projeto europeu InteGrid, já foi testado em ambiente real na fábrica de água de Alcântara, sendo que os investigadores já submeteram um pedido de patente europeia para este sistema



Amália é fado e é Lisboa mesmo sem Santos Populares

Lisboa vai ter este ano um mês de junho menos colorido e muito mais triste para todos, principalmente para os que trabalharam para que a noite de Santo António alegrasse a vida de milhares. Mas o adiamento, para 2021, das festas populares de Lisboa não significou o fim de alguns dos eventos alusivos à data. Assim, já há vencedor da Grande Marcha de Lisboa, mantêm-se o concurso dos tronos de Santo António e o fado vai voltar ao convívio diário dos alfacinhas, através das redes sociais. Enfim, após a tempestade vem sempre a bonança

Com letra de Joaquim Isqueiro e música de José Reza, a marcha «Amália é Lisboa» venceu o Concurso da Grande Marcha de Lisboa 2020, que será apresentada nas Festas de Lisboa do próximo ano, devido ao cancelamento das Festas de Lisboa deste ano, na sequência da pandemia do coronavírus.

A composição vencedora da Grande Marcha será apresentada e interpretada por todos os participantes nas exposições e no desfile das Marchas Populares, no âmbito das Festas de Lisboa de 2021.

De um total de 42 candidaturas recebidas nesta edição do concurso, mais 17 do que no ano passado, a letra da composição do Concurso teve como inspiração «Amália Rodrigues» numa homenagem à diva do Fado para assinalar o centenário do seu nascimento.

Com mais de duas décadas, este concurso organizado pela EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, seleciona uma composição (música e letra), cujos atributos, tanto literários como musicais, melhor caracterizem a cidade de Lisboa, distinguindo todos os anos o tema vencedor com um prémio no valor de cinco mil e quinhentos euros.

MARCHAS ADIADAS ORIGINAM PREJUÍZO DE DE MILHÕES

Mas o cancelamento das festas populares de junho, devido à pandemia de Covid-19, já está a sentir-se no bolso de muitas famílias e coletividades lisboetas, prevendo-se que o prejuízo ronde, segundo alguns, os 20 milhões de euros.

Este ano, Lisboa vai ter um mês de junho menos colorido e triste para todos. Principalmente para aqueles que trabalham, durante meses, para que a noite de Santo António (12 de junho) de alegre de convívio.

Na freguesia de Santo António, onde decorrem as marchas, o presidente da Junta, Vasco Morgado, já faz contas, prevendo que «Lisboa, provavelmente, terá prejuízos de 30 milhões de euros» No mês de junho, lembra, muitas famílias conseguiram retirar rendimento para alguns meses ou despesas anuais. «Há uma senhora na Bica que usa o que ganha nesse mês - 2400 euros - a vender cervejas, bifanas e manjerícos, para pagar as rendas da casa durante um ano», exemplifica.

Em Alfama, o centro das festividades populares, estes eventos também são responsáveis pela sustentabilidade financeira de muitas famílias, sendo expectáveis repercussões sociais», antecipa o presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho.

Em junho, há muita gente que rumo à capital só para ver as marchas de Lisboa que, pela primeira vez, em mais de 30 anos, não vão desfilar na avenida. Os ensaios já tinham sido suspensos pela Câmara de Lisboa bem antes do anúncio oficial do cancelamento das marchas, mas os encargos já começaram há muito mais tempo.

Assim, os muito antecipados arraiais populares, os desejados casamentos na Sé de Lisboa e as tradicionais marchas – que devido ao novo coronavírus já falharam todos os prazos para ensaiar as coreografias com que descem a Avenida da Liberdade de 12 para 13 de junho – só voltarão em 2021. Mas, o tema deste ano, Amália Rodrigues (assinando o centenário do nascimento da fadista), manter-se-á no próximo ano, «permitindo que todo o trabalho realizado (arcos, cenografia, figurinos) possa ser rentabilizado».

A Câmara de Lisboa apoia as coletividades organizadoras das marchas, distribuindo 30 mil euros por cada uma das 20 que participam. O subsídio este ano não será entregue, mas a autarquia vai compensar os clubes em 7500 euros, o que permite cobrir, na maioria dos casos, as despesas.

MANTÊM-SE CONCURSO TRONOS DE S. ANTÓNIO

Contudo, e como a esperança é «a última coisa a morrer», o concurso dos Tronos de Santo António, uma tradição alfacinha que todos os anos se repete, vai mesmo realizar-se mas em moldes diferentes, assumindo a «forma de concurso e exposição digital, em vez da tradicional exposição de rua».

A EGEAC, através do Museu de Lisboa - Santo António e da Programação em Espaço Público, decidiu manter a tradição dos Tronos de Santo António, adaptando a sexta edição às restrições provocadas pelo atual contexto da pandemia COVID-19, desafiando «Portugal inteiro e não só aos lisboetas como tem sido habitual, a participarem no concurso até ao dia 2 de junho, às 18 horas.

Outra novidade é a atribuição de um prémio monetário, no valor de 500 euros, aos três tronos vencedores do concurso. O repto é usar materiais reciclados, muita imaginação, originalidade e criatividade na utilização dos diferentes materiais.

Todavia, uma coisa mantém-se igual: a imagem de Santo António tem obrigatoriamente de ser colocada no topo de cada trono, sendo a participação aberta a todos: crianças e adultos, indivíduos e coletividades, alfacinhas de gema ou adotados, religiosos devotos ou fervorosos descrentes.

A 13 de junho, dia de Santo António, os tronos e os vencedores estarão patentes na exposição online que será inaugurada nas plataformas digitais do Museu de Lisboa, Cultura na Rua e EGEAC.

«POR DEUS, NÃO DEIXEM MORRER O FADO»

Em termos de tradições, Lisboa também tomou várias iniciativas para apoiar o fado. Hoje, mais do que nunca, o fado de Maria de Lourdes Machado, «Por Deus Não Deixem Morrer O Fado», de 1982, está actual. De facto, por causa do Covid-19, as casas de fado estão em risco de fechar e, por isso, a Câmara de Lisboa vai apoiar financeiramente artistas e casas de fado, com 200 mil euros e irá promover, em coprodução com a RTP, um documentário sobre várias casas de fado de Lisboa e os seus artistas e, em parceria com o Museu do Fado e a EGEAC.

A Câmara de Lisboa salienta que as casas de fado e os seus artistas, que interromperam a sua atividade, estão a a precisar de apoio. E, foi a pensar nos problemas que atravessam que a autarquia lisboeta vai apoiar este setor, onde trabalham centenas de artistas que, «ao longo dos anos, construíram e constroem, ainda hoje, a história do Fado. Falamos de artistas que trabalham diariamente nestes recintos e que se encontram numa situação desprotegida».

Por isso, a Câmara, em colaboração com a Associação de Turismo de Lisboa, vai desenvolver um programa específico para relançar o setor no médio prazo, apoiando a recuperação das casas de fado e a manutenção da vitalidade de uma instituição e referência cultural que faz parte e preserva a memória da própria cidade.



Apoio psicológico aos lisboetas

A perda de rendimentos e o desemprego, provocados pela pandemia, tem vindo a afetar a saúde mental de muitos lisboetas e, por isso, a Câmara decidiu criar uma linha especial de atendimento psicosocial.

A partir de hoje, 27 de maio, a Câmara de Lisboa tem uma linha especial de atendimento psicosocial, porque existe «uma percepção generalizada de que a saúde mental tem sido afetada» por causa da pandemia que, como é do conhecimento público, está na origem da multiplicação de linhas de atendimento psicológico, nomeadamente uma integrada no próprio SNS24.

O vereador Manuel Grilo, responsável pelo pelouro dos assuntos sociais, considera que «a pobreza e a exclusão social geram, muitas vezes, situações de perturbação emocional ou agravamento de doença mental. Por isso lançamos esta linha de atendimento psicosocial - que iniciada hoje, 27 de maio - pela Câmara Municipal de Lisboa, além de disponibilizar o apoio psicológico adequado às dificuldades sentidas pelas pessoas que a ela recorrem, faz algo único no país. Responde, através dos serviços de Direitos Sociais da autarquia e da Rede Social da cidade, aos problemas sociais que as pessoas possam apresentar.»

Assim, do ponto de vista da autarquia, a resolução do problema social passa ser um factor organizador do ponto de vista psicológico permitindo que a pessoa adquira a estabilidade emocional tão necessária neste período de crise. Isto é feito não só com terapia, mas respondendo ao fator que despoletou a perturbação da saúde mental.



Pastelaria - Restaurante - Snack bar

Hotelaria e Turismo | Serviço de esplanada

Largo do Conde Barão nº 31/32/33 1200-128 | Tel: 210180064

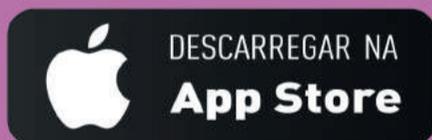


LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



LISBOA.24

**A CIDADE EM
TEMPO REAL**



LISBOA.24

**A CIDADE EM DIRETO
NO SEU TELEMÓVEL**

A app que lhe dá
informações úteis
em **tempo real** sobre o que
está a acontecer na cidade.

INSTALE JÁ.

